

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT10.022

INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TEA – TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: SERÁ QUE É POSSÍVEL?

LEVI VARJÃO

Professor e Dr em Educação, Neuropsicólogo. Neuropsicopedagogo, Psicanalista e Membro do GETEL pela UNEB.

NOEMI SILVA VARJÃO

Especialista em Emergência Hospitalar.

LOIDE SILVA VARJÃO CARNEIRO

Especialista em Emergência Hospitalar.

RESUMO

O ambiente escolar se fundamenta como relevante espaço para o desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas de crianças, abrangendo aquelas com TEA - Transtorno do Espectro Autista. Convivendo de perto com um menino que hoje tem 3 anos de idade com TEA, acompanho o seu desenvolvimento desde 6 meses de idade. Nesse ano, os pais decidiram, com o apoio da terapeuta que já poderia ser o momento dele começar a frequentar a escola. Para tanto a mãe foi orientada, pela terapeuta que a criança tem direito à inclusão escolar, e até poderia exigir do poder público esse direito. Mas, nada é assim tão fácil. Nesta conjuntura, este artigo buscou analisar como ocorre na prática da inclusão de uma criança com TEA na escola pública, uma criança que nunca antes frequentou uma escola. Será que de fato essa inclusão ocorre? Nesse caso a criança já frequenta uma terapia particular, o que fez com que ela melhorasse o convívio dela em casa, socialmente, e em sociedade. Para que exista de fato a inclusão escolar é necessário o envolvimento da escola, comunidade e família para atender as necessidades e garantir o acesso/permanência da criança com TEA. Sendo necessário para tanto de, adaptações no currículo com vistas à sua autonomia, a superação dos seus déficits sociais, para que novos conhecimentos e comportamentos sejam desenvolvidos no aluno. Estudar e entender o TEA e a inclusão contribuindo assim para a ampliação do

conhecimento na área, imprescindível a formação de profissionais da educação básica numa perspectiva da inclusão escolar. Confirma-se com isso, a necessidade que todos compreendam e aceitem a diversidade humana, e possam contribuir na construção de uma sociedade justa e igualitária.

Palavras-chave: TEA. Inclusão Escolar. Comportamentos. Habilidades.

INTRODUÇÃO

A inclusão é um processo que segue ganhando notoriedade nos últimos anos. E a inclusão escolar de alunos autista tem o objetivo de inserir crianças e adolescentes no âmbito escolar independente do seu grau de desenvolvimento.

Ressalta-se que a educação inclusiva para crianças com autismo deve ser realizada nas escolas regulares, embora nem sempre isso seja de fato realizado em todas as escolas, principalmente em escolar particulares.

O objetivo da inserção da criança é fazer com que a mesma possa conviver com outras crianças sem preconceito na sala de aula. Diante de tal assertiva, é que este artigo faz uma análise da inclusão de crianças autistas na educação escolar na região da Amazônia.

Para tanto foi feito uma abordagem sobre aspectos como: inclusão, inclusão educacional de alunos autistas, considerações sobre autismo e da forma como essa inclusão deve ser feita nas escolas.

Buscou-se aqui, compreender como ocorre o desenvolvimento cognitivo de alunos autistas; analisar a prática pedagógica dos professores para a inclusão educacional de alunos autistas, analisar os pressupostos teórico-práticos da inclusão do aluno autista, identificar sintomas e características comuns do transtorno autista, compreender a participação da escola e da família no processo de inclusão, e o desenvolvimento do aluno autista. O mesmo contempla ainda a perspectiva que a avaliação da aprendizagem assume sentidos orientados e cooperativos ressalta que aprender é construir seu próprio conhecimento, e também, que os instrumentos de avaliação são apenas mediadores e com isso afastam-se das características humanas.

Avaliar é um ato de responsabilidade e comprometimento ético e moral. Trabalhar com autista requer uma grande responsabilidade não só dos profissionais, mas também da família em si, onde juntas irão desenvolver um papel de suma importância na vida da criança autista, melhorando assim o seu desenvolvimento.

Observa-se que o comportamento da criança pode prejudicar no seu desenvolvimento, e também interferir no meio social onde se encontram. O autista exibe muitas repetições de movimentos, vivem no mundo imaginário, e expressam comportamentos obsessivos no cotidiano. Ressalta-se também, que algumas crianças apresentam muita dificuldade de aprender, uma vez que não tem atenção necessária para o seu melhor desenvolvimento.

Para que a aprendizagem seja de fato concretizada, é necessário estimular a comunicação e a interação, pois para uma criança autista a maior dificuldade é a falta de concentração. O desenvolvimento de aprendizagem do indivíduo autista tende-se a ser de uma forma lenta e repetitiva.

2 METODOLOGIA

A palavra autismo tem sua origem do grego que quer dizer, auto que significa "de si mesmo". E foi utilizada pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler, em 1911, que tentava referir-se a fuga da realidade e o retraimento interior dos pacientes acometidos de esquizofrenia. (CUNHA, 2012, p.20).

O Transtorno do Espectro do Autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta as pessoas de diferentes formas na área da sociabilização, comunicação e comportamento (Dra. Fabiele Russo, 2019).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), existem mais de 70 milhões de pessoas no mundo que apresentam o TEA, que apresenta como características principais a dificuldade de promover uma interação social, dificuldade com linguagem e um comportamento repetitivo. O autismo se apresenta mais em pessoas do gênero masculino (sendo 4 meninos autistas para cada menina), e as suas causas, até a atualidade, em si não são bem determinadas.

Pesquisas sugerem que são muitos os fatores podem tornar uma criança mais propensa a desenvolver um quadro de TEA, sendo que os mais evidentes têm relação com os fatores genéticos e até mesmo ambientais.

De acordo com estudiosos neste tema, a palavra espectro se refere ao fato de envolver situações que podem variar diante da intensidade dos sintomas, existindo, contudo uma graduação que vai desde mais leve até um quadro mais grave. São muitos os casos de autismo que não dependem da utilização medicamentosa, no entanto, é comumente indicado que exista indispensavelmente um acompanhamento terapêutico com psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos entre outros profissionais. O tratamento deve ocorrer de forma regular – consultas regulares à um neuropediatra ou psiquiatra infantil também pode ser indicado.

Para muitas famílias, existe uma ausência de informações sobre o autismo, e esse fato ainda traz muitos impasses que dificultam na maneira de encarar essa realidade, pois, essa condição pode levar à dificuldade no que se refere à socialização da criança. E isso leva muitos pais a terem dificuldade na interação com outras

crianças e com a sociedade, porque ainda existe uma grande incompreensão das crianças e das outras pessoas.

No geral, a leitura que se faz de pessoas que apresentam TEA é que existe uma falta de capacidade de brincar (não sabem), falta de empatia, são chatas, repetitivas e outros aspectos negativos. Tudo isso acaba gerando uma reação negativa em ambientes coletivos, como nas escolas, por exemplo, onde a criança com autismo acaba sendo coagida e até mesmo destrutada. Para a Dra Fabiele Russo, (2019, p.26),

O Autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta as pessoas de diferentes formas na área da sociabilização, comunicação e comportamento, mas se a intervenção terapêutica é realizada de maneira correta e responsável, é possível desenvolver as habilidades sociais e capacidade de aprendizagem, garantindo uma melhor qualidade de vida para os autistas e seus familiares.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS) o autismo é:

Um distúrbio do desenvolvimento, sem cura e severamente incapacitante. Sua incidência é de cinco casos em cada 10.000 nascimentos caso se adote um critério de classificação rigoroso, é três vezes maior, se considerarmos casos correlatados, isto é, que necessitem do mesmo tipo de atendimento (MANTOAN, 1997, p.13).

Até a atualidade não existe cura para o autismo, mas ele tem tratamento; para que isso ocorra é necessário que a criança seja acompanhada de diversos profissionais, com uma avaliação interdisciplinar realizada com a participação de médicos neurologista, psicólogos, pedagogos, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, professores a família também precisa ser ouvida para que seja feita uma avaliação e diagnóstico geral. E o laudo médico só poderá ser concedido após observação e escuta da equipe interdisciplinar.

Os indivíduos que apresentam os indivíduos com TEA é protegido com a lei nº 12.764/2012 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo, que concede às pessoas com autismo todos os direitos destinados às pessoas portadoras de deficiência. Tais direitos incluem aspectos como, educação profissionalizante e ainda o direito à inserção no mercado de trabalho e atendimento prioritário.

No ano de 2015, foi publicada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que também é conhecida pela sigla LBI (Lei número 13.146/2015):

- **Inclusão escolar:** a criança com autismo tem direito de ingressar e permanecer em uma escola regular. A instituição de ensino não pode se recusar a realizar a matrícula da criança autista e nem pode cobrar qualquer valor a mais por isso. Além disso, o aluno autista precisa ter um acompanhamento profissional, adaptações de espaço e nos materiais didáticos para que seu ensino seja efetivo, caso seja necessário. Atendimento prioritário: a pessoa com autismo tem prioridade no atendimento, ou seja, o direito de ter um atendimento imediato e diferenciado das demais pessoas em todas as instituições e serviços de atendimento ao público.
- **Mercado de trabalho:** o autista tem a possibilidade de participar do programa de aprendizagem para a pessoa com deficiência, a partir dos 14 anos. E não é necessário preencher requisito relativo a grau de escolaridade. Ele pode ser contratado como jovem aprendiz.
- **Isenção de Impostos para a Aquisição de Veículos:** quem tem autismo pode adquirir veículos com isenção de impostos. Por isso, o valor do automóvel acaba saindo com mais desconto. Uma questão importante aqui é que o autista não precisa necessariamente ser o condutor, mas deve indicar três condutores habilitados.
- **Transportes:** os autistas carentes, assim como suas famílias, também têm direito ao transporte gratuito em ônibus, barco ou trem. Em relação ao transporte aéreo, o acompanhante do autista tem um desconto de 80% do valor da passagem.
- **Saúde:** o autista tem direito a atenção integral à saúde por intermédio do Sistema Único de Saúde, o SUS, com atendimento universal e gratuito. Os autistas também têm direito aos medicamentos, à nutrição adequada e de informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento.
- **Direito a prestação continuada:** a pessoa com autismo tem o direito de um salário mínimo, desde que comprove que ele, ou a família, não tem condições financeiras para se sustentar.

Apesar de todo o aparato legal e dos avanços na identificação, o discurso da inclusão dos autistas ainda gera desconfianças, incertezas e inseguranças na percepção das famílias.

O autismo sempre é visto como uma situação nova para cada família, que tem um filho diagnosticado, ou que apresenta características do autismo. Essa condição gera resistências dos familiares em manter a inclusão do filho autista, desmotivados pelo preconceito e despreparo da escola ao incluir esses alunos, como também dificuldades e desafios na busca por uma escola, que garanta os: “[...] direitos do filho enquanto pessoa em desenvolvimento e com necessidades a serem consideradas e atendidas” (MINATEL; MATSUKURA, 2015, p.435).

São histórias semelhantes de lutas e sacrifícios, que começam em casa com a família e entram em conflitos, quando a criança se integra à sociedade, sendo a escola o primeiro lugar. Segundo Minatel e Matsukura (2015, p.431), dentre “os contextos de desenvolvimento que marcam a vida da pessoa com autismo, a escola é um espaço que se destaca, tanto para eles como para seus familiares”.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Inclusão não significa promover a adequação ou a normatização seguindo para isso as características de uma maioria, mas, é a possibilidade de fazer parte, conviver e não se igualar, de uma minoria.

No âmbito da educação brasileira, a inclusão representa uma situação que não prevê a existência de salas e esquemas de atendimento especial para os deficientes. Eles passam a frequentar as salas de aulas regulares, e participam, de acordo com suas capacidades e habilidades, das atividades propostas pelos professores.

MRECH (1988) dá uma visão geral do que é, e do que não é inclusão,

A inclusão é: atender aos estudantes portadores de necessidades especiais nas vizinhanças da sua residência; propiciar a ampliação do acesso destes alunos às classes comuns; propiciar aos professores da classe comum um suporte técnico; perceber que as crianças podem aprender juntas, embora tendo objetivos e processos diferentes; levar os professores a estabelecer formas criativas de atuação com as crianças portadoras de deficiência; propiciar um atendimento integrado ao professor de classe comum. A inclusão não é: levar crianças às classes comuns sem o acompanhamento do professor especializado; ignorar as necessidades específicas da criança; fazer as crianças seguirem um processo único de desenvolvimento, ao mesmo tempo e para todas as idades; extinguir o atendimento de educação especial antes do tempo; esperar que os professores de classe regular ensinem as crianças portadoras de necessidades especiais sem um suporte técnico (MRECH, 1988, p.1-4).

Incluir uma criança com necessidades especiais na escola regular significa proporcionar aos alunos a possibilidade de aprender a conviver com a diversidade, sem, contudo anulá-la. Isso porque, não é possível apagar as diferenças, principalmente no que se refere ao aprendizado.

Desfazer antigos paradigmas é intuito da Educação Inclusiva, tais modelos que sempre existiram na sociedade e que por muitos anos não buscou transformações, mas, no decorrer dos tempos, uma visão inovadora, surge buscando atender as necessidades de todos os indivíduos para que possam aprender mesmo com as suas singularidades, independente das suas diferenças que os determinam, com o objetivo de conquistar um aprendizado satisfatório, que contemple suas necessidades e o seu desenvolvimento individual.

Com esse intuito é que hoje a educação inclusiva já é uma realidade, e quando se fala sobre a inclusão, está remete às pessoas com deficiência, como observa Carvalho (2011, p. 27):

Parece que já esta condicionada a ideia de que a inclusão é para os alunos da educação especial passarem das classes e escolas especiais para as turmas do ensino regular. Esse argumento é tão forte que mal permite discutir outra modalidade de exclusão: as do que nunca tiveram acesso às escolas, sejam alunos com ou sem deficiência e que precisam nelas ingressar, ficar e aprender (CARVALHO, 2011, p.27).

No entanto, para esta inclusão ocorra de fato, é preciso um olhar mais atento para as práticas pedagógicas implementadas, partindo do conceito de que todos os indivíduos estão aptos para aprender independente das suas necessidades, desde que, para isso sejam oferecidas condições favoráveis para seu o aprendizado.

Para que isso ocorra, é necessário, novas diretrizes em prol da Educação Inclusiva, uma vez que as leis em vigor garantem que todas as crianças sejam matriculadas na educação básica, no entanto, as escolas em sua grande maioria não estão preparadas para receber esses alunos, e oferecem a eles um ensino que muitas vezes não contentam as necessidades dos educandos.

Neste aspecto, o Ministério da Educação está consciente e reconhece que a inclusão não se refere apenas á matrícula desses alunos nas escolas, mas, à mudanças significativa que contemple as necessidades educativas especiais no ensino regular, não desconhecendo as suas necessidades peculiares, mas provendo professores e escolas com a atenção necessária para que possa exercer sua prática pedagógica (BRASIL, 1998).

Deste modo, a escola necessita estar organizada e bem planejada para que as suas atividades tenham como objetivo principal receber as variadas formas de aprendizagem, para todos os indivíduos que têm os direitos à educação oferecendo assim um ensino proveitoso.

Os objetivos da educação especial são: desenvolvimento global das potencialidades dos alunos; incentivo à autonomia, cooperação, espírito crítico e criativo da pessoa portadora de necessidades educativas especiais; preparação dos alunos para participarem ativamente no mundo social cultural, dos desportos, das artes e do trabalho; frequência a escola em todo o fluxo de escolarização respeitados os ritmos próprios dos alunos; atendimento educacional adequado às necessidades especiais do aluno, no que se refere a currículos adaptados, métodos, técnicas e material de ensino diferenciados, ambiente emocional e social da escola favorável à integração social dos alunos, pessoal devidamente motivado e qualificado; avaliação permanente, com ênfase no aspecto pedagógico, considerando o educando em seu contexto biopsicossocial, visando a identificação de suas possibilidades de desenvolvimento; desenvolvimento de programas voltados à preparação para o trabalho.

A Secretaria de Educação Especial do MEC entende que a Educação Especial não é uma modalidade de educação direcionada para um sistema paralelo. Ela deve ser vista como um sistema contínuo de ajuda e recursos específicos ao serviço da escola comum. Podendo ser oferecida tanto em classes ou escolas especiais quanto em salas de ensino regular.

Na atualidade, busca-se, na medida do possível, integrar alunos com necessidades educativas especiais, em escola regular, para tanto, oferece-lhes apoio pedagógico que julguem necessário.

De forma progressiva as escolas especiais devem evoluir para centros de recursos da comunidade, abrigando como alunos aqueles que demonstrem problemas mais graves em relação a sua deficiência.

A educação inclusiva é entendida como um processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino, em todos os graus, desde a pré-escola ao terceiro grau. Esse tipo de educação apresenta como características, um direcionamento para a comunidade - Na escola inclusiva o processo educativo é entendido como um processo social, onde todas as pessoas portadoras de necessidades especiais e de distúrbio têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal. O alvo a ser alcançado é

a integração da criança portadora de deficiência na comunidade. Vanguarda - Uma escola inclusiva é uma escola líder em relação às demais. Ela se apresenta como a vanguarda do processo educacional.

O objetivo maior da inclusão é fazer com que a escola atue através de todos os seus escalões para possibilitar a integração das crianças que dela fazem parte. Altos padrões - Há em relação às escolas inclusivas altas expectativas de desempenho por parte de todas as crianças envolvidas. O objetivo é fazer com que as crianças atinjam o seu potencial máximo. O processo deverá ser dosado às necessidades de cada criança. Colaboração e cooperação - Há um privilegiamento das relações sociais entre todos os participantes da escola, tendo em vista a criação de uma rede de auto-ajuda. Mudando papéis e responsabilidades - A escola inclusiva muda os papéis tradicionais dos professores e da equipe técnica da escola. Os professores tornam-se mais próximos dos alunos, na captação das suas maiores dificuldades. O suporte aos professores da classe comum é essencial para o bom andamento do processo de ensino-aprendizagem.

A escola inclusiva é uma escola integrada à sua comunidade. Parceria com os pais - Os pais são os parceiros essenciais no processo de inclusão da criança na escola. Ambientes educacionais flexíveis - Os ambientes educacionais têm que visar o processo de ensino-aprendizagem do aluno. Estratégias baseadas em pesquisas - As modificações na escola deverão ser introduzidas a partir das discussões com a equipe técnica, os alunos, pais e professores. Estabelecimento de novas formas de avaliação (MRECH, 1998, p. 1- 4).

Partindo de tais características, a inclusão escolar busca assim favorecer a integração dos portadores de necessidades especiais à sociedade, expandindo o atendimento na rede regular governamental de ensino, com ingresso em turmas do ensino regular, com apoio ao sistema de ensino regular para criar as condições de integração, conscientização da comunidade escolar para a importância da presença do aluno de educação especial em escolas da rede regular de ensino, integração técnico-pedagógica entre os educadores que atuam nas salas de aulas do ensino regular e os que atendem em salas do ensino especial, integração das equipes de planejamento da educação comum com os de educação especial, em todas as instâncias administrativas e pedagógicas do sistema educativo além de desenvolvimento de ações integradas nas áreas de ação social, educação saúde e trabalho.

Com isso, o intuito da escola inclusiva é pensar uma sociedade para todos, respeitando a diversidade da raça humana, e buscando atender às necessidades das maiorias e minorias. Não se trata de criar uma estrutura especial para o atendimento de quaisquer educandos, mas buscar fazer com que a estrutura educacional que já existe se torne eficiente para que possa atender a todos nos seus diferentes níveis de ensino.

Existe a necessidade de se repensar o processo de integração social, que não tem ultrapassado os limites do muro da escola, criando estratégias e mobilizando discussões no sentido de viabilizar um processo real de inclusão social (SEED, 1997, p.9).

Os preceitos constitucionais determinam que o direito à educação das pessoas portadoras de deficiência deverá ser garantido pelo Estado através de um “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (artigo 208, Inciso 111 da Constituição Federal).

Esses direitos já são contemplados nas principais leis brasileiras, mas eles precisam ser assegurados na prática, através de medidas mais concretas.

A educação inclusiva tem provocado mudanças na escola e na formação docente, propondo uma reestruturação da educação que busca beneficiar todos os alunos. Buscando desse modo, atender às necessidades de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, com um direcionamento para pessoas ou grupos de pessoas que estão excluídas da efetivação do direito à educação e que estão fora da escola ou que enfrentam barreiras que não o deixam participar dos processos de aprendizagem escolar.

A organização do sistema educacional orientada dentro dos princípios da educação inclusiva possibilita quebrar o ciclo de exclusão, desafiando preconceitos, dando visibilidade às pessoas com deficiência e oportunidade para que essas construam o seu próprio futuro. Ao compreender que todas as crianças devem estar com suas famílias e em suas comunidades, a política de inclusão afirma os direitos humanos e fortalece a participação superando os preconceitos que ainda persistem dentro da sociedade.

A transformação dos sistemas educacionais para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais significa uma mudança na gestão da educação que possibilita o acesso às classes comum do Ensino Regular. Significa também a ampliação da oferta do atendimento educacional especializado que propicia a

eliminação das barreiras para o acesso ao currículo. Desse modo, atua com a previsão de ações de ampliação do acesso à Educação Infantil, ao desenvolvimento de programas para a formação de professores e a educação arquitetônica dos prédios escolares para a acessibilidade assim dos portadores de deficiências.

O movimento em defesa da Educação Inclusiva trouxe uma discussão sobre a finalidade da Educação Especial, onde induz em seu contexto a necessidade de uma especialização. A diversificação de diferentes tipos de deficiências começou a ser colocada em segundo plano na definição geral de pessoas com necessidades educativas especiais (FERREIRA; GLAT, 2003).

4 O PROCESSO INCLUSÃO EDUCACIONAL DOS ALUNOS AUTISTAS

O professor é peça primordial no processo de inclusão por ser ele a pessoa que vai estar mais tempo ao lado do aluno para amoldar o ensino aprendizagem para seus alunos. Para que isso ocorra de forma satisfatória, a formação deste professor deve ser mais complexa, principalmente no que se refere ao ensino regular, onde existe insuficiência de subsídios para o seu fazer pedagógico. O papel do professor é o de mediar o conhecimento, é ele quem ajuda o aluno deficiente ou não tanto no seu processo educacional quanto no processo de interação, fazendo-o ter confiança do seu potencial.

Com o processo de inclusão os alunos aprendem a conviver com a diferença na sala de aula e tendem a se tornar cidadãos solidários e responsáveis pelo próximo. Desta forma, Santana (2005, apud Prates, 2011) colabora narrando a respeito da preparação dos profissionais da educação:

[...] profissionais educadores para o trabalho de alunos com autismo é de suma importância, pois o educador é um dos agentes responsáveis não somente por transmitir conteúdos pedagógicos, como também transmitir valores e normas sociais que possam inserir a criança na esfera simbólica do discurso social. Sendo assim, o trabalho com educadores deverá englobar, de forma permanente, programas de capacitação, supervisão e avaliação (SANT'ANA, 2005 apud PRATES 2011, p. 05).

A escolarização das crianças com autismo:

[...] é um assunto delicado porque requer particularidades que muitas escolas ainda não se mostram preparadas para oferecer. Especialmente

no início da escolarização esses alunos demandam um suporte individualizado, a fim de que tenham a oportunidade de ter ampliado o seu potencial e minimizadas suas limitações (SOUSA, 2015, p.24).

Para Santos e Lima (2013, p.115), esse é um processo que demanda: “[...] paciência, dedicação, amor e sensibilidade para adaptar as práticas de acordo com a necessidade e as conquistas da criança”.

Processo que tem como base, conhecer e compreender como esse aluno aprende observar e identificar as dificuldades e limitações apresentadas. Do mesmo modo, traçar metas e elaborar estratégias adequadas, que possibilitem êxito em seu processo educacional.

A criança com autismo: “[...] apresenta uma mente diferenciada, uma forma distinta de compreensão e de aprendizagem” (LEON, 2016, p.14).

No entanto, por ser diferenciada a cognição do autista, os métodos e técnicas também apresentam a necessidade de ser diferenciado, daí intervenções direcionadas com as propriedades peculiares destes indivíduos.

Para uma aprendizagem significativa de uma criança autista, a melhor maneira de trabalho é de forma que incentive o aluno a realizar as atividades, de acordo com sua etapa de desenvolvimento, ou seja, deixar o aluno sempre livre para se interagir com os demais na escola, trocando informações do seu jeito de se comunicar.

O professor precisa estar sempre atento ao aluno autista, notando-se se está desenvolvendo sua aprendizagem corretamente. Assim para melhor desenvolvimento das crianças é fundamental ter um professor auxiliar, onde irá dar suporte ao professor, trabalhando assim de forma diferenciada com o aluno autista, levando a desenvolver atividades para uma melhor aprendizagem.

Para Vygotsky (1978 apud Santos 2013):

O professor deve ter consciência de sua importância como mediador e compreender que cada criança dentro de sala de aula se desenvolve, amadurece e aprende de forma particular, ou seja, atinge expectativas de aprendizagens únicas e que a todo tempo deve ser valorizada e estimulada a atingir níveis cada vez mais elevados (VYGOTSKY, 1978 apud SANTOS, 2013, p.13).

Entende-se que os professores não podem ser os únicos responsáveis pela inclusão de alunos com autismo, é imperativo que esses profissionais atuem juntamente com a equipe pedagógica e também com um atendimento especializado,

com a presença de fonoaudiólogo, psicólogo e terapeuta ocupacional, para que o desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais seja satisfatório.

Segundo Piaget (2002) para que o autista possa se desenvolver melhor, a primeira área a ser estimulada deve ser o seu cognitivo e a interação; ter contato com os materiais necessários trará para o autista uma forma de aprendizagem mais significativa, mas não é só pelo contato com os objetos que é adquirido o seu conhecimento e sim por meio da comunicação com o próximo, levando o aluno a aprender a aprender por meio da interação com o mundo ao seu redor.

A comunicação do outro com o autista leva o indivíduo a querer participar do assunto mesmo sendo usado o seu meio de desenvolvimento de linguagem.

Para Pereira (2012):

No caso específico da linguagem, os sons só se tomam um tipo de linguagem para as crianças quando elas compreendem que as emissões sonoras realizadas pelo adulto carregam uma intenção de prestar atenção a algo (PEREIRA, 2012, p.07).

Porém, o profissional que for trabalhar atividades com a criança autista, deve observar, quais materiais despertam interesse pela criança, perceber quais as brincadeiras favoritas e etc. e dentro desses interesses elaborar atividades que estimule o seu desenvolvimento. Antes de mais nada o autista precisa de muita atenção e precisa ser incluído no meio social, deve ser estimulado e sempre oferecer atividade significativas para favorecer seu processo de aprendizagem, contribuindo desta forma para seu desenvolvimento intelectual.

Entende-se que a aprendizagem do autista é um processo lento e de muita paciência, pois o seu aprendizado é por meio de repetição, mas o mais importante que deve ser ressaltado é o resultado alcançado pela criança, mesmo com dificuldades tendem a querer aprender, a participar quando o assunto chama sua atenção.

A Inclusão Educacional consiste na escola cumprir sua função social, transformadora, favorecendo a aprendizagem do aluno autista, tendo em vista o compromisso de inseri-lo numa sociedade mais justa e solidária, para sua efetivação de sua missão maior que é preciso formar alunos críticos e responsáveis.

São muitos os desafios a serem superados no campo do autismo, nessa perspectiva os professores apresentaram dificuldades inicialmente em se trabalhar com esse público. A escola deve possibilitar diversas atividades complementares

tais como: cursos, oficinas e práticas formativas para que os docentes possam lidar com segurança e ética com essas crianças.

Para tanto, os professores devem apresentar uma prática pedagógica inclusiva, onde se busque estratégias metodológicas que contribuam para a construção da aprendizagem das crianças autistas. Entretanto, existe também a necessidade da construção de uma sala multifuncional para trabalhar com alunos que necessitam de uma atenção especial diferenciada, a fim de propiciar um ambiente pautado na inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi visto no decorrer deste artigo, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado pela alteração da capacidade de socialização e comunicação contribuindo para a presença de comportamentos repetitivos e estereotipados. Dessa forma, identificou-se que na escola Pequeno Príncipe os professores em meio a tantas dificuldades buscam estratégias metodológicas que contribuam com a aprendizagem das crianças autistas. O contato direto com os outros alunos ditos “normais” contribui segundo os pesquisados na construção da linguagem, relações sociais e no seu próprio desenvolvimento.

Na Atualidade o autismo, é considerado como uma deficiência que desafia no delineamento de uma gestão escolar e de práticas pedagógicas que considerem suas possibilidades e a especificidade de sua forma de aprender.

Nesse sentido, alunos diagnosticados com autismo podem e devem ser inseridos em escolas regulares, pois estudos e pesquisas realizadas por estudiosos neste assunto comprovam que essas crianças têm todas as possibilidades de aprender e se desenvolver de forma significativa.

Hoje, o aluno com autismo, já pode ser visto como um indivíduo, pois, sua inclusão nas escolas regulares vem sendo observada com mais constância, o que representa ganho para todos, que compartilham esse ambiente educativo.

No entanto, o essencial é acreditar que a criança tem potencial para aprender e cabe aos pais e profissionais envolvidos e engajados, nesse processo, enfrentar os desafios, trazendo possibilidades, buscando novos métodos e técnicas para contribuir, da melhor forma possível, no processo de aprendizagem e de desenvolvimento dessas crianças.

Essa inclusão já está acontecendo em todas as partes do país, e na região amazônica essa prática não deve ser diferente, a inclusão de autistas deve ser buscada e concretizada com a ajuda todos, educadoras, corpo docente e principalmente da família, que deve estar ao lado da escola para que o desenvolvimento da criança autista seja feito de forma correta e assertiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL, (1998). Lei de Diretrizes e Bases da Educação - 9394/96. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br>> Acesso em 28/fevereiro/2020

BRASIL. LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012, 2012. Disponível em: Acessado em: 07 mai. 2017.

CARVALHO, R.E. A incorporação das tecnologias na educação especial para a construção do conhecimento. Educação Especial: múltiplas leituras e diferentes significados. **Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil**, Campinas, p. 57-84. 2001.

CUNHA, Eugênio, Autismo e Inclusão. Psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 3 ed. Rio de Janeiro. Wak editora, 2012.

FERREIRA, J. R.; GLAT, R. Reformas educacionais pós-LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização. In: Souza, D. B. & Faria, L. C. M. (Orgs.) Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós -LDB, pg. 372-390. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LEON, V.C. Práticas baseadas em experiência para aplicação de TEACH nos Transtornos do Espectro do Autismo. São Paulo: Memnon, 2016.

MINATEL, M.M.; MATSUKURA, T.S. Familiares de crianças e adolescentes com autismo: percepções do contexto escolar. Rev. Educ. Especial, v.28, n.52, p.429-442, 2015

RUSSO, Fabiele Dra. **Manual sobre autismo**. NEUROCONECTA. Acesso: 28/02/2020.
www.neuroconecta.com.br.

SILVA, Marília Marluce da; NUNES, Cícera Alves; SOBRAL, Maria do Socorro Cecílio. A Inclusão Educacional de Alunos com Autismo: Desafios e Possibilidades. Id on Line Rev.Mult. Psic., 2019, vol.13, n.43, p. 151-163. ISSN: 1981-1179.

MANTOAN, M. T. E. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: SENAC, 1997.

PEREIRA, Cíntia Bonfante. Linguagem, Funções Executivas e Teoria da Linguagem no Autismo sem déficit intelectual: estudo de caso. Porto Alegre, 2012

SANTOS, Neide Pereira. O desenvolvimento intelectual da criança com autismo e o método TEACCH. 2013.